

1. Informações do Instituto

1.1. Contexto Operacional

O Instituto Educacional Piracicabano da Igreja Metodista - em Recuperação judicial (IEP), fundado em 13 de setembro de 1881 é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos e filiados à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I) Atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que os escraviza;
- II) Ministrando o ensino em todas as suas modalidades e níveis;
- III) Promover ações na área da saúde;
- IV) Formar profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir para o desenvolvimento do país e da humanidade;
- V) Elaborar programas de pesquisa, estudos e documentação que forneçam subsídios para a solução de problemas regionais e nacionais;
- VI) Desenvolver atividades de extensão, incluindo ações de assistência social;
- VII) Ministrando programas de desenvolvimento de pessoas e capacitação profissional;
- VIII) Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;
- IX) Promover-se como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo que responda às condições e necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas;
- X) Planejar, organizar, coordenar, produzir e apoiar programas, projetos, atividades e eventos culturais;
- XI) Servir às comunidades local, regional, estadual e nacional, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Igreja Metodista e demais órgãos decisórios do próprio IEP, de conformidade com a legislação vigente;
- XII) Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
- XIII) Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
- XIV) Difundir a cultura física e desportiva; e
- XV) Realizar programas, projetos e atividades correlatas.

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

Os recursos da Instituição foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com o Estatuto Social, demonstrados pelas despesas e investimentos patrimoniais.

Atualmente, a Instituição mantém as seguintes unidades:

- **UNIMEP** - Universidade Metodista de Piracicaba - Campus Taquaral;
- **UNIMEP** - Universidade Metodista de Piracicaba - Campus Santa Bárbara D'Oeste;
- **UNIMEP** - Universidade Metodista de Piracicaba - Campus Lins;
- **UNIMEP** - Universidade Metodista de Piracicaba - Campus Centro;
- **Colégio Piracicabano** - Campus Centro.

1.2. Impostos, contribuições e programa de bolsas

(I) Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL

O Instituto, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda - RIR, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, e o artigo 150, inciso VI, alínea C da Constituição Federal;

(II) Programa de integração social - PIS

Em 2011 o Instituto teve o reconhecimento da imunidade do PIS sobre folha de pagamento, pelo processo judicial 005379-06.2000.4.03.61.09;

(III) Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS

O Instituto, em virtude de ser um Instituto sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do Instituto, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03;

(IV) Contribuição patronal ao instituto nacional do seguro social - INSS

Devido ao Instituto possuir o Certificado de Entidade Beneficentes de Assistência Social - CEBAS e ter reconhecido sua filantropia, a instituição é isenta de recolhimento da cota patronal do INSS. Em contrapartida, é requerido que o Instituto conceda bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na nota explicativa nº 19;

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

(V) Benefícios do programa universidade para todos - PROUNI

O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/04, convertida na Lei Ordinária nº 11.096/05, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493/05, com a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos. A gestão do PROUNI cabe ao MEC com o qual o Instituto firmou termo de adesão desde 2007. A entidade utiliza o PROUNI na composição de suas gratuidades, de acordo com a legislação vigente, detalhada na Nota Explicativa nº 19;

(VI) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

A Instituição goza de Imunidade Tributária conforme o disposto na alínea C, do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.

1.3. Situação patrimonial e financeira

Diante do cenário de retração da economia no Brasil, refletido no aumento do desemprego, queda do PIB, restrição de financiamentos estudantis, e agravado pela pandemia COVID-19, ao final do ano de 2020 a Administração passou a avaliar as possibilidades de solução, ponderando a necessidade de ações, dentre as quais, as de vias extrajudiciais não se mostraram suficientes para garantir a sustentabilidade necessária, e então definiu-se como alternativa viável para manter o equilíbrio da continuidade das operações educacionais, o pedido de Recuperação Judicial, visando sustentar a melhoraria constante da prestação de serviços e a educação de qualidade, condição fundamental para que os compromissos financeiros sejam honrados.

Neste contexto, em 09/04/2021 foi ajuizada tutela cautelar e em 29/04/2021, foi promovido o pedido principal de recuperação judicial, cujo deferimento foi proferido em 09/05/2021. Os desdobramentos decorrentes da medida adotada estão descritos na nota explicativa nº 31 - Recuperação Judicial.

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2021, o Instituto apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 269.428.656 (R\$ 150.871.917 negativo em 31 de dezembro de 2020) e patrimônio líquido negativo de R\$ 209.161.306 (R\$ 138.592.325 negativo em 31 de dezembro de 2020).

Atuando na melhoria dos serviços e fortalecimento da instituição, destacamos novas ações tomadas em 2021:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

- GT para proposta do Novo Ensino Médio. Em 2022, a Educação Metodista passará a ofertar o Novo Ensino Médio, pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em cumprimento à legislação.
- Definição de projetos para 2022. Com início em março o projeto que irá enriquecer a oferta, sem impactar significativamente custos fixos. Os projetos são relacionados à tecnologia / programação, educação financeira e projetos literários.
- Mudanças estratégica na precificação e Catálogo de Incentivos (Descontos), com a perspectiva de sustentabilidade financeira para 2022.
- Fortalecimento da área de marketing e investimentos na captação de alunos.

1.4. Estado de pandemia (Covid-19)

Desde o exercício de 2020, a Educação Metodista focou seus esforços em medidas de contenção para os fortes impactos econômicos do segmento educacional, diante da decretação de estado de pandemia, onde as autoridades estaduais e municipais, determinaram medidas com suspensão de aulas em escolas, faculdades e universidades públicas e particulares e posteriormente regulamentando o formato a distância. Dessa forma, a partir do dia 23/03/2020, todas as atividades acadêmicas e administrativas das unidades foram realizadas de maneira remota, no regime de home office pela imensa maioria dos colaboradores.

Em 2021 as atividades de ensino permanecerem em regime letivo remoto, exceto as atividades práticas voltadas a área da saúde e educação básica, mediante a liberação gradativa de aulas presenciais pelas autoridades, e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde - OMS e do Ministério da Saúde do Brasil, quanto à higienização do ambiente físico e isolamento social. As áreas administrativas (BackOffice) continuaram em maior parte na forma de trabalho remoto, contando com infraestrutura tecnológica segura para garantir a continuidade das operações e processamento das informações necessárias para o controle de seus processos internos.

As Instituições de Ensino da Educação Metodista mantêm o monitoramento em cada local de atuação, e o comitê de crise criado em 12/03/2020, para levantar e acompanhar os riscos e ações a serem adotadas.

Na área econômica permaneceu a redução do ritmo nas cidades em que a instituição opera, gerando aumento dos níveis de desemprego e redução da renda da população em geral, agravados pelo aumento significativo da taxa SELIC e demais índices de inflação, e pela suspensão da recuperação

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

judicial. Esses fatores impactaram na inadimplência e na captação de novas matrículas.

A instituição ofereceu aos alunos, cuja renda própria ou familiar foi mais afetada pela crise, opções de parcelamentos de suas mensalidades e o uso de financiamento estudantil com condições diferenciadas em relação ao andamento normal das operações, e trabalha arduamente em estratégia de reposicionamento no mercado.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002 R1) e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e também, a moeda de apresentação do Instituto.

2.2.2. Apresentação do Resultado Abrangente

As demonstrações dos resultados abrangentes referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

2.2.3. Reconhecimento de receitas

A receita é apresentada líquida das devoluções, das bolsas gratuidade e dos descontos concedidos (Nota Explicativa nº 20).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

(I) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), educação básica, cursos de extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares;

(II) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101.

(III) Receita diferida - matrículas e mensalidades

As matrículas e mensalidades para o ano letivo subsequente que são recebidas de maneira antecipada, são reconhecidas como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão contabilizadas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras.

As aplicações financeiras compõem-se de fundos de renda fixa. Os rendimentos foram apropriados proporcionalmente aos dias incorridos até a data de encerramento do balanço.

2.2.5. Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e são compostas pelas mensalidades dos alunos, pelos créditos educacionais e pelos acordos celebrados das mensalidades vencidas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

As mensalidades a receber - Bolsa FIES estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF. O referido montante tem sido utilizado exclusivamente para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários).

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidade, cheques a receber e renegociação, considerados de difícil realização.

2.2.6. Investimentos

Os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

O investimento em coligada, quando aplicável, é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado na mesma data-base do balanço do Instituto. A equivalência patrimonial é reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

2.2.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações de outros ativos são calculadas com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 9.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.2.8. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

2.2.9. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.2.10. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ('pro rata temporis').

2.2.11. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável, reavaliadas ao longo de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, bem como os valores considerados como de perda possível são divulgados pelo Instituto, na forma do CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.12. Provisão para férias e 13º salário

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

2.2.13. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito,

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.14. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

| <u>Descrição</u> | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|----------------------------|----------------|----------------|
| Banco - contas correntes | 435.722 | 197.351 |
| Aplicações financeiras (a) | 73.665 | 65.048 |
| Caixa | 900 | 34.788 |
| Total | 510.287 | 297.187 |

(a) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Fundos de Renda Fixa e Fundos de Investimento. Os rendimentos foram apropriados proporcionalmente aos dias incorridos até a data de encerramento do balanço.

4. Mensalidades a receber

| <u>Descrição</u> | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| Fies | 9.150.006 | 9.347.024 |
| Mensalidades a receber (a) | 6.070.663 | 13.951.551 |
| Bolsas restituíveis (b) | 1.207.875 | 1.231.021 |
| Ideal Invest | 1.036.178 | 679.830 |
| Confissão de dívida | 225.792 | 199.538 |
| Cheques em cobrança | 102.775 | 102.774 |
| Créditos a receber - cartão de crédito | 45.488 | 19.054 |
| Proies (c) | - | 268.089 |
| Quero Pago a Apropriar | (8.662) | 17.269 |
| Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) | (6.976.509) | (11.306.175) |
| Total | 10.853.606 | 14.509.975 |

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

| | | |
|-------------------------|------------------|------------------|
| Não Circulante | | |
| Bolsas restituíveis (b) | 3.664.163 | 3.664.163 |
| Quero Pago a Apropriar | 353.684 | 175.356 |
| Total | 4.017.847 | 3.839.519 |

- (a) O saldo de Mensalidades a receber reduziu em 2021, devido à redução do número de alunos;
- (b) A instituição oferece desde 1986 o CEI Crédito Educativo Interno - Bolsas Restituíveis, que é atualizado e restituído pelo aluno, conforme determinado em contrato. Nos últimos anos a instituição reduziu a concessão dessas bolsas, porque os alunos têm outras opções de financiamento de mensalidade.
- (c) O saldo do Proies em 2020 correspondia às concessões de bolsas de estudo a serem utilizadas para abater 90% dos valores mensais do parcelamento que existiam, constante na Nota Explicativa nº 14

A partir de 2017 o Instituto adotou como política manter contabilizado o saldo de mensalidades escolares dos últimos quatro anos, deduzindo de provisões para perdas calculadas em relação aos seus vencimentos. Decorridos três anos, os valores são baixados da contabilidade, porém o processo de cobrança continua.

As renegociações de dívidas escolares referem-se aos acordos efetuados com os alunos de mensalidades já vencidas, deduzido de provisão constituída sobre os cheques em cobrança e confissão de dívida.

Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

| Descrição | 2021 | 2020 |
|------------------------|--------------------|---------------------|
| Mensalidades a receber | (5.638.108) | (10.173.281) |
| Bolsas restituíveis | (1.036.352) | (834.597) |
| Confissão de dívida | (199.274) | (195.522) |
| Cheques devolvidos | (102.775) | (102.775) |
| Total | (6.976.509) | (11.306.175) |

As estimativas de perda foram constituídas a partir da incerteza da realização desse ativo, conforme o critério demonstrado abaixo:

- Acima de 361 dias, estimativa de 100%;
- De 271 a 360 dias, estimativa de 75%;
- De 181 a 270 dias, estimativa de 50%;
- De 90 a 180 dias, estimativa de 25%; e
- Abaixo de 89 dias não constitui estimativa.

Já para os cheques em cobrança judicial a estimativa de perda é de 100% sobre o montante dos cheques devolvidos.

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

5. Contas a receber

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|------------------|------------------|
| Circulante | | |
| ASEBEC Assoc Evangélica Beneficente (b) | 6.099.598 | 7.461.185 |
| Estimativa de Perdas - ASEBEC | (6.099.598) | (6.099.598) |
| Impostos a recuperar (a) | 2.737.278 | 2.737.277 |
| Alugueis a receber | 739.785 | 612.246 |
| Estimativa de Perdas - aluguéis a receber | (510.491) | (440.970) |
| Depósito Recursal - venda imóveis | 261.303 | - |
| Adiantamento a Fornecedores | 297.694 | 351.751 |
| Estimativa de Perdas - adto fornecedores | (165.568) | (293.885) |
| Depósito Recursal - alunado | 42.022 | 30.342 |
| Adiantamentos a funcionários e outros | 38.772 | 190.130 |
| Outros valores a receber | - | 37.048 |
| Total | 3.440.795 | 4.585.526 |
| Não circulante | | |
| PAMHI-Progr.Assist.Med.Hosp.IEP (c) | 8.795.257 | 6.379.916 |
| (-) Redução ao valor recuperável (c) | (8.795.257) | (6.379.916) |
| TCMEP Empreend. Imobiliários SPE Ltda (d) | 1.396.951 | 1.478.209 |
| Outros | 648.151 | 510.462 |
| Total | 2.045.102 | 1.988.671 |

- (a) O valor refere-se ao recolhimento indevido de INSS, que foi abatido pelo FIES em 2018 e que será solicitado compensação.
- (b) Refere-se ao acordo assinado em 22 de julho de 2016 entre o IEP e a ASEBEC Associação Evangélica Beneficente, conforme Nota Explicativa nº 17, que foi quitado em 2021;
- (c) Visando a melhor estimativa, em 2021 a instituição contabilizou a redução ao valor recuperável do saldo do PAMHI. O PAMHI - Programa de Assistência Médico-Hospitalar do IEP é regido por Portaria da Direção Geral nº 012/13 e prevê sua composição por valores descontados em folha de pagamento, acrescidos de contribuição da instituição na mesma proporção, devido às rescisões ocorridas nos últimos anos, as contribuições sobre folha reduziram gerando déficit no Fundo, o qual foi suportado pela instituição. A Direção estuda alternativas para reestabelecer o equilíbrio do Fundo, sem prejuízos aos beneficiários;
- (d) Referem-se à redução de capital, que foi recebido R\$ 81.258 em 2021 e R\$ 47.026 em 2020 e o restante será pago conforme disponibilidade de caixa da TCMEP Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda, que o Instituto tem participação, conforme Nota Explicativa nº 8.

6. Compromissos a receber

| Descrição | 2021 | 2020 |
|------------------------|------------------|------------------|
| Compromissos a receber | 9.446.588 | 7.391.421 |
| Total | 9.446.588 | 7.391.421 |

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

| <u>2020</u> | <u>Concessões</u> | <u>Amortizações</u> | <u>Juros</u> | <u>2021</u> |
|-------------|-------------------|---------------------|--------------|-------------|
| 7.391.421 | 2.528.096 | (1.534.447) | 1.061.518 | 9.446.588 |

Refere-se às operações de mútuo realizadas com Instituições Metodistas de Ensino, em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal).

7. Depósitos e bloqueios judiciais

| <u>Descrição</u> | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Depósitos e bloqueios judiciais - LP (a) | 7.843.168 | 7.575.981 |
| Depósito Recursal - LP (b) | 3.327.566 | 2.929.105 |
| Total | 11.170.734 | 10.505.086 |

- (a) A instituição teve aumento de depósitos judiciais e bloqueios no ano de 2021, relacionados aos processos trabalhistas e cíveis, conforme nota explicativa nº 16, requerendo os pagamentos das verbas trabalhistas que já estão contabilizadas pela folha de pagamento, não aumentando assim, as despesas de contingências.
- (b) Existem contra o IEP processos de execução da dívida fiscal, movidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) referente ao lançamento das cotas patronais das quais o Instituto está imune, por se tratar de instituição Filantrópica. Contra a pretensão do Fisco o IEP pleiteou a Declaração Judicial da Inexistência do Débito. Para os processos de valores menores, foram efetuados depósitos judiciais. Não foi constituída a provisão face a perspectiva de ganho da causa por parte do IEP.

8. Investimentos

a. Composição dos saldos

| <u>Descrição</u> | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|-------------------------|-------------------|-------------------|
| Quotas e ações diversas | | |
| TCMEP | 581.376 | 355.749 |
| TCMEP 2 | 9.411.410 | 9.653.642 |
| TCMEP 3 | 1.301.689 | 1.310.639 |
| Outros | 3.944 | 3.944 |
| Total | 11.298.419 | 11.323.974 |

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

b. Movimentação

| | <u>TCMEP</u> | <u>TCMEP 2</u> | <u>TCMEP 3</u> | <u>OUTROS</u> | <u>TOTAL</u> |
|--------------------------|----------------|------------------|------------------|---------------|-------------------|
| Saldos em 2020 | 355.749 | 9.653.642 | 1.310.639 | 3.944 | 11.323.974 |
| Equivalência Patrimonial | 225.627 | (242.232) | (8.950) | - | (25.555) |
| Dividendos recebidos | - | - | - | - | - |
| Saldos em 2021 | <u>581.376</u> | <u>9.411.410</u> | <u>1.301.689</u> | <u>3.944</u> | <u>11.298.419</u> |

Desde 2011 a instituição possui participação na empresa TCMEP3 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., que foi constituída para o Masterplan Empreendimento Imobiliário Multiuso, cuja participação corresponde a 12,28%. Desde junho de 2012 houve o registro das empresas TCMEP Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. e TCMEP2 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., também constituídas para o Masterplan, sendo que a instituição participa com 42% na TCMEP e 45% na TCMEP2.

Como a empresa TCMEP foi constituída para o loteamento fechado, cujas vendas já foram realizadas em sua quase totalidade, o Instituto não recebeu dividendos em 2020 e nem em 2021. No ano de 2015 a TCMEP securitizou os recebíveis, no entanto, o IEP não participou desse processo. Devido à securitização, a TCMEP reduziu o capital, sendo a participação do Instituto correspondente à R\$ 2.982.000, que foi pago R\$ 81.258 em 2021 e R\$ 47.026 em 2020, e o restante será pago conforme a disponibilidade de caixa, esse valor está demonstrado na nota explicativa nº 5.

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

9. Imobilizado

a. Composição dos saldos

| Descrição | Taxa anual de depreciação amortização (%) | 2021 | | 2020 | |
|-----------------------------------|---|--------------------|-----------------------|-------------------|-------------------|
| | | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido |
| Terrenos (a) | | 33.273.427 | - | 33.273.427 | 33.403.605 |
| Projetos em Execução | | 936.428 | - | 936.428 | 936.428 |
| Edificações (a) | 4% | 84.307.635 | (30.381.204) | 53.926.431 | 57.298.736 |
| Equipamentos de informática | 20% | 6.389.693 | (6.358.546) | 31.147 | 91.235 |
| Benfeitorias em bens de terceiros | 10% | 781.197 | (781.197) | - | - |
| Móveis e utensílios | 10% | 8.831.428 | (8.750.064) | 81.364 | 121.906 |
| Máquinas e equipamentos | 10% | 12.100.300 | (11.687.130) | 413.170 | 541.139 |
| Bibliotecas | 10% | 12.183.871 | (11.993.712) | 190.158 | 323.084 |
| Equipamentos de ensino | 10% | 12.370 | (3.504) | 8.866 | 10.103 |
| Instalações | 10% | 2.185.071 | (2.165.599) | 19.472 | 26.111 |
| Laboratórios | 10% | 17.142 | (3.198) | 13.944 | 7.912 |
| Equipamentos de comunicação | 10% | 4.485.158 | (4.427.605) | 57.553 | 96.039 |
| Veículos | 20% | 483.566 | (483.566) | - | - |
| Total | | 165.987.286 | (77.035.326) | 88.951.960 | 92.856.298 |

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

b. Movimentação do custo

| | 2020 | 2021 | | | Custo |
|-----------------------------------|--------------------|---------------|------------------|----------|--------------------|
| | Custo | Adições | Baixas | Transf. | |
| Terrenos | 33.403.604 | - | (130.178) | - | 33.273.427 |
| Projetos em Execução | 936.428 | - | - | - | 936.428 |
| Edificações | 84.307.635 | - | - | - | 84.307.635 |
| Equipamentos de informática | 6.391.603 | 5.500 | (7.410) | - | 6.389.693 |
| Benfeitorias em bens de terceiros | 781.197 | - | - | - | 781.197 |
| Móveis e utensílios | 9.019.720 | - | (188.292) | - | 8.831.428 |
| Máquinas e equipamentos | 12.220.369 | 2.500 | (122.569) | - | 12.100.300 |
| Bibliotecas | 12.183.871 | - | - | - | 12.183.871 |
| Equipamentos de ensino | 12.370 | - | - | - | 12.370 |
| Instalações | 2.185.071 | - | - | - | 2.185.071 |
| Laboratórios | 10.100 | 7.042 | - | - | 17.142 |
| Equipamentos de comunicação | 4.684.409 | - | (199.251) | - | 4.485.158 |
| Veículos | 483.566 | - | - | - | 483.566 |
| Total | 166.619.943 | 15.042 | (647.700) | - | 165.987.286 |

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

10. Intangível

a. Composição dos saldos

| Descrição | Taxa anual de amortização | Custo | 2021 | | 2020 |
|-------------------|---------------------------|----------------|------------------|---------------|----------------|
| | | | Amortização | Líquido | Líquido |
| Marcas e patentes | 20% | 7.015 | - | 7.015 | 7.015 |
| Softwares | 20% | 708.405 | (666.472) | 41.933 | 142.573 |
| Total | | 715.420 | (666.472) | 48.948 | 149.588 |

b. Movimentação do custo

| Descrição | 2020 | 2021 | | | Custo |
|-----------------------------|----------------|----------|----------|----------|----------------|
| | Custo | Adições | Baixas | Transf. | |
| Marcas e patentes | 7.015 | - | - | - | 7.015 |
| Softwares | 593.619 | - | - | - | 593.619 |
| Gastos implantação sistemas | 114.786 | - | - | - | 114.786 |
| Total | 715.420 | - | - | - | 715.420 |

11. Empréstimos e financiamentos

| Descrição | Tipo | Tx de juros | Vencido | Garantias | 2021 | 2020 |
|-------------------------|----------|-------------|---------|---|-------------------|------------------|
| Circulante | | | | | | |
| Banco Bradesco | Cap.Giro | 0,45% a.m. | mai/24 | Umbrella Guarantee + Penhor Direito Cred. | 16.422.294 | 8.481.261 |
| Total circulante | | | | | 16.422.294 | 8.481.261 |

| Descrição | Tipo | Tx de juros | Vencido | Garantias | 2021 | 2020 |
|-----------------------------|----------|-------------|---------|---|-------------------|-------------------|
| Não circulante | | | | | | |
| Banco Bradesco | Cap.Giro | 0,45% a.m. | mai/24 | Umbrella Guarantee + Penhor Direito Cred. | 13.344.379 | 20.479.257 |
| Total Não Circulante | | | | | 13.344.379 | 20.479.257 |

Restrições contratuais e covenants

A Instituição possui contrato de empréstimo com o Banco Bradesco S/A que contém determinadas obrigações de cumprimento de índices financeiros (*covenants*).

Para todos os casos em que os índices obtidos pela Instituição não satisfizeram as condições restritivas requeridas por contrato, a Instituição renegociou novas condições contratuais adequadas à nova realidade econômica da Instituição, conforme detalhado a seguir:

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

- Bradesco S/A: Covenants financeiros medidos anualmente:

| Índice | Limite |
|---|--------|
| Dívida líquida / EBITDA | ≤ 2,50 |
| EBITIDA / Despesa Financeira | > 2,00 |
| Total Ativo Curto Prazo / Passivo Curto Prazo | ≥ 0,60 |

12. Obrigações trabalhistas

| Descrição | 2021 | 2020 |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| FGTS a recolher | 41.435.349 | 36.052.975 |
| Rescisões e Homologações | 15.992.837 | 13.668.095 |
| Salários e ordenados | 9.277.914 | 7.458.951 |
| Acordos Trabalhistas a Pagar | 8.212.425 | 7.334.339 |
| 13º salário | 4.322.454 | 3.175.497 |
| INSS a recolher | 2.952.164 | 387.280 |
| Férias | 2.459.827 | 3.883.679 |
| Outros | 580.771 | 489.708 |
| Total | 85.233.741 | 72.450.524 |
| Não Circulante | | |
| Acordos Trabalhistas a Pagar | 498.565 | 531.802 |
| Total | 498.565 | 531.802 |

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar a totalidade das obrigações trabalhistas nos devidos prazos e também houve a exclusão de parcelamentos em 2021, resultando em aumento dos saldos das respectivas contas a pagar. A administração prevê negociações para parcelamentos e/ou reparcelamentos dos valores, em moldes adequados à nova realidade de caixa da instituição, com o objetivo de regularizar os saldos em aberto. Eventuais resultados dessas ações são demonstrados como eventos subsequentes, conforme nota explicativa nº 32.

13. Obrigações tributárias

| Descrição | 2021 | 2020 |
|-------------------------|-------------------|------------------|
| Circulante: | | |
| IRRF pessoal a recolher | 60.884.664 | 1.562.716 |
| Outros | 264.476 | 68.565 |
| Total | 61.149.140 | 1.631.281 |

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar o recolhimento de parte das retenções de tributos federais e também ocorreram exclusões de

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

parcelamentos em 2021, que aumentaram os saldos das contas. Para sanar os valores ainda não recolhidos, a administração pleiteia parcelamentos e/ou reparcelamentos junto aos órgãos fiscais, em moldes adequados à nova realidade de caixa da instituição. Eventuais resultados dessas ações são demonstrados como eventos subsequentes, conforme nota explicativa nº 32.

14. Parcelamentos

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|----------|-------------------|
| Circulante | | |
| Parcelamento PROIES-Lei 12688/2012 (a) | - | 4.951.801 |
| Parcelam. Trans.Excep. Port.14402/2020 (Pandemia) (c) | - | 1.067.022 |
| Parcelamento Pert da Lei 13.496/2017 (b) | - | 938.741 |
| INSS a recolher - parcelamento | - | 201.111 |
| Outros Parcelamentos | - | 5.265 |
| Total | - | 7.163.940 |
| Não Circulante | | |
| Parcelamento PROIES-Lei 12688/2012 (a) | - | 18.121.355 |
| Parcelam. Trans.Excep. Port.14402/2020 (Pandemia) (c) | - | 17.465.983 |
| Parcelamento Pert da Lei 13.496/2017 (b) | - | 4.379.159 |
| INSS a recolher - parcelamento | - | 96.184 |
| Outros Parcelamentos | - | - |
| Total | - | 40.062.681 |

- (a) Em dezembro de 2012, a Instituição aderiu ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), aprovado pela Lei nº 12.688 de 18 de julho de 2012, parcelando os valores não recolhidos de Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoal. A adesão ao Proies foi concedida pela Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região, através do Ato Declaratório nº 2, de 26/02/2013, publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 Página 20 de 27/02/2013. Conforme suas regras, o pagamento de até 90% desses valores está vinculado à concessão de Bolsas de Estudo nos moldes do Prouni, a serem pagas em até 180 parcelas, com carência de 12 meses. A partir do 2º semestre de 2013 a instituição já concedeu bolsas para a compensação das parcelas iniciais a serem pagas, valores que estão registrados no Ativo Circulante - Contas a receber, conforme Nota Explicativa nº 4. Em 2021 houve a exclusão do parcelamento e os valores foram transferidos para Obrigações Tributárias;
- (b) Em novembro de 2017, a Instituição aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/2017, de 24 de outubro de 2017, abrangendo débitos de natureza tributária e não tributária vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aqueles objetos de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial. A referida Lei foi regulamentada perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) através da Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017, publicada no DOU de 21 de junho de 2017, seção 1, pág. 20 e junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a regulamentação se deu através da Portaria nº 690/2017 de 29 de junho de 2017, publicada no DOU de 30/06/2017, seção 1, pág. 43 a Instituição optou pela modalidade prevista no inciso II do art. 2o. da referida Lei. Em 2021 houve a exclusão do parcelamento e os valores foram transferidos para Obrigações Trabalhistas e Obrigações Tributárias;

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

- (c) Em dezembro de 2020 houve a adesão do Parcelamento Transação Excepcional Portaria - 14402/2020 (Pandemia). Neste parcelamento foram inclusos parte dos débitos de natureza previdenciária e não previdenciária, das competências de outubro 2017 a junho 2020. O valor total parcelado foi de R\$ 18.616.627,81 a ser amortizado em 60 parcelas, com quitação prevista para novembro/2025 (débitos previdenciários) e 145 parcelas com previsão de quitação em dezembro/2032 (demais débitos). Em 2021 houve a exclusão do parcelamento e os valores foram transferidos para Obrigações Trabalhistas e Obrigações Tributárias.

15. Compromissos a pagar

| Descrição | 2021 | 2020 |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Compromissos a Pagar | 32.702.578 | 27.346.504 |
| Total | 32.702.578 | 27.346.504 |

| 2020 | Captações | Amortizações | Juros | 2021 |
|------------|------------|--------------|-----------|------------|
| 27.346.504 | 22.642.452 | (20.887.837) | 3.601.459 | 32.702.578 |

Os valores de compromissos a pagar em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são relativos a operações de mútuo realizadas com instituições metodistas de ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

16. Provisões para demandas judiciais

O Instituto figura como réu em diversos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, civil e tributária decorrentes do curso normal de suas as operações, bem como em função do processo de reestruturação ocorrido a partir de 2016. As provisões trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas contabilmente apenas as causas que se classificam como risco de perda provável e calculadas com base na melhor estimativa de desembolso futuro, como segue:

| | 2021 | | | 2020 | | |
|--------------|-------------------|------------------------------|-------------------|-------------------|------------------------------|-------------------|
| | Provisão | Depósito e Bloqueio Judicial | Líquido | Provisão | Depósito e Bloqueio Judicial | Líquido |
| Circulante | | | | | | |
| Trabalhistas | 93.850.021 | - | 93.850.021 | 60.988.277 | - | 60.988.277 |
| Cíveis | 171.228 | - | 171.228 | 154.936 | - | 154.936 |
| Total | 94.021.249 | - | 94.021.249 | 61.143.213 | - | 61.143.213 |

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

| | | | | | | |
|-----------------------|---------------------------|----------------------------|--------------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------|
| Não Circulante | | | | | | |
| Trabalhistas | 16.654.990 | (9.039.037) | 7.615.953 | 18.471.554 | (8.707.549) | 9.764.005 |
| Tributário | - | (196.337) | (196.337) | 1.800.000 | (178.390) | 1.621.610 |
| Cíveis | - | (1.935.360) | (1.935.360) | 206.674 | (1.619.147) | (1.412.473) |
| Total | <u>16.654.990</u> | <u>(11.170.734)</u> | <u>5.484.256</u> | <u>20.478.228</u> | <u>(10.505.086)</u> | <u>9.973.142</u> |
| Total Geral | <u>110.676.239</u> | <u>(11.170.734)</u> | <u>99.505.505</u> | <u>81.621.441</u> | <u>(10.505.086)</u> | <u>71.116.355</u> |

Ao longo do exercício houve movimentação de adições e baixas, sobretudo de processos trabalhistas. Para a elaboração das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021, foi realizada uma análise criteriosa dos processos administrativos e judiciais, de forma que a Administração, consubstanciada na posição de seus assessores legais, reavaliou a perspectiva de perda de tais processos classificando entre provável, possível e remota.

A movimentação da provisão no exercício de 2021 está demonstrada a seguir:

| | |
|--|---------------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 81.621.441 |
| Movimentação líquida | <u>29.054.798</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | <u>110.676.239</u> |

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A nova política de avaliação de risco prevê que ações em fase inicial, ou seja, aquelas em que não se discutiu mérito, a perda provável se refere somente a verbas incontroversas cujos valores estão devidamente contabilizados, já para valores em que se admite discussão a avaliação de risco seguirá as perspectivas de resultado, segundo as fases processuais e os encaminhamentos adequados a cada processo bem como paradigmas e precedentes legais por similaridade.

A evolução do montante classificado como de perda possível, para o qual não há provisão constituída é demonstrado como segue:

| <u>Descrição</u> | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|------------------|-------------|-------------|
| Perdas Possíveis | 26.383.461 | 52.050.696 |

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

17. Outras Obrigações

| Descrição | 2021 | 2020 |
|--|-------------------|-------------------|
| Circulante | | |
| Contratos de locação (a) | 11.190.615 | 10.006.212 |
| Processos Judiciais Cíveis a Pagar (b) | 7.533.011 | 2.742.826 |
| Valores a Distribuir | 1.962.179 | 806.045 |
| Contas a Pagar | - | 67.147 |
| Total | 20.685.805 | 13.622.230 |
| Não circulante | | |
| Processos Judiciais Cíveis a Pagar (b) | 3.511.736 | 6.876.493 |
| Total | 3.511.736 | 6.876.493 |

(a) Refere-se a contrato de locação com a AIM - Associação da Igreja Metodista, conforme detalhamento na Nota Explicativa nº 29;

(b) Em 08 de junho de 2006 foi assinado o Instrumento Particular de Transação e Composição com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel, referente ao pagamento do empréstimo feito pela Asebec - Associação Evangélica Beneficente de Campinas, que foi afiançado pelo instituto e oferecido em garantia as matrículas nº 2692 e 2540 correspondentes ao Campus SBO, de propriedade da AIM - Associação da Igreja Metodista. Como a Asebec inadimpliu o compromisso firmado, o instrumento particular foi executado. No intuito de preservar o patrimônio objeto da garantia, em 13 de fevereiro de 2015 foi assinado acordo com o Banco Daycoval no valor de R\$ 21.445.810, parcelado entre fevereiro de 2015 e março de 2021, com atualização mensal. Em 14 de dezembro de 2020 foi assinado o segundo aditivo a composição amigável com o Banco Daycoval, o qual diante da pandemia do Covid-19, acordou em reduzir o valor das parcelas e receber apenas as parcelas de juros devidas de abril/2020 a setembro/2020, prorrogando assim o término do contrato para 10/11/2023. Em 22 de julho de 2016, o Instituto assinou acordo com a Asebec Associação Evangélica Beneficente, no valor de R\$ 7.500.000, revertendo parte do valor a ser pago ao Banco Daycoval, esse valor será recebido parcelado entre julho de 2016 a janeiro de 2022 e está demonstrado na Nota Explicativa nº 5.

18. Patrimônio líquido

| Descrição | 2021 | 2020 |
|----------------------------|----------------------|----------------------|
| Patrimônio social (a) | (267.664.245) | (198.954.832) |
| Reserva de reavaliação (b) | 3.548.691 | 3.769.346 |
| Ajuste de avaliação (c) | 54.954.248 | 56.593.161 |
| Total | (209.161.306) | (138.592.325) |

(a) O patrimônio social é constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza e por déficit e superávit acumulados desde a data de sua constituição os quais são mensurados e registrados com obediência à legislação específica aplicável e às práticas contábeis adotadas no Brasil;

(b) A reserva de reavaliação corresponde ao saldo da reavaliação feita em 2006 de todos os terrenos e prédios do instituto, com base em laudo de avaliação de empresa especializada independente. A realização da reserva ocorre mensalmente pela depreciação ou pela baixa de bens;

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

- (c) O ajuste de avaliação refere-se ao saldo da avaliação realizada em dezembro de 2012 dos terrenos e prédios do Campus Taquaral e Fazendinha, devido à valorização em seu entorno em função dos investimentos constantes na Nota Explicativa nº 9, com base em laudo de avaliação de empresa especializada independente. A realização do ajuste ocorre mensalmente pela depreciação ou pela baixa de bens.

19. Gratuidades

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes para a Educação Básica e 1(uma) bolsa de estudo integral para cada 4 (quatro) alunos pagantes para a Educação Superior, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101:

| | 2021 | | 2020 | |
|---|-------------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| | Educação Superior | Educação Básica | Educação Superior | Educação Básica |
| Quantidade de alunos | | | | |
| Número de alunos matriculados | 1849 | 446 | 3188 | 490 |
| Número de alunos pagantes | 1236 | 326 | 1931 | 344 |
| Quantidade de bolsistas gratuidade | | | | |
| Bolsistas Integrais (100%) | 170 | 74 | 451 | 88 |
| Bolsistas Parciais (50%) | 128 | 17 | 266 | 19 |
| Total bolsistas | 298 | 91 | 717 | 107 |

| | 2021 | | | 2020 | | |
|-----------------------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| | Educação Superior | Educação Básica | Total | Educação Superior | Educação Básica | Total |
| Bolsas Gratuidade | | | | | | |
| Bolsas Integrais (100%) | 2.292.249 | 1.418.709 | 3.710.958 | 8.113.457 | 1.634.064 | 9.747.521 |
| Recursos próprios | 194.665 | 1.418.709 | 1.613.374 | 211.498 | 1.634.064 | 1.845.562 |
| PROUNI | 2.097.584 | - | 2.097.584 | 7.901.959 | - | 7.901.959 |
| Bolsas Parciais (50%) | 820.023 | 164.996 | 985.019 | 1.699.739 | 195.889 | 1.895.628 |
| Recursos próprios | 676.892 | 164.996 | 841.888 | 1.028.815 | 195.889 | 1.224.704 |
| PROUNI | 143.131 | - | 143.131 | 670.924 | - | 670.924 |
| Valor total de Gratuidades | 3.112.272 | 1.583.705 | 4.695.977 | 9.813.196 | 1.829.953 | 11.643.149 |

Outras Bolsas (não atendem o perfil da filantropia)

Educação Básica e Superior

| | | | | |
|---------------------------|---------|-----------|---------|-----------|
| Outras Bolsas Integrais e | 183.742 | 2.670.850 | 751.697 | 2.837.652 |
|---------------------------|---------|-----------|---------|-----------|

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

| | | | | | | |
|-------------------------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| Parciais | 2.487.108 | | | 2.085.955 | | |
| | <u>2.487.108</u> | <u>183.742</u> | <u>2.670.850</u> | <u>2.085.955</u> | <u>751.697</u> | <u>2.837.652</u> |
| Pós Graduação | | | | | | |
| Outras Bolsas Integrais e Parciais | 1.202.166 | - | 1.202.166 | 1.926.053 | - | 1.926.053 |
| Valor total de Outras Bolsas | <u>3.689.274</u> | <u>183.742</u> | <u>3.873.016</u> | <u>4.012.008</u> | <u>751.697</u> | <u>4.763.705</u> |
| Total geral - Bolsas | <u>6.801.546</u> | <u>1.767.447</u> | <u>8.568.993</u> | <u>13.825.205</u> | <u>2.581.650</u> | <u>16.406.854</u> |

20. Receita operacional líquida

| Descrição | 2021 | 2020 |
|--|-------------------|-------------------|
| Receita de ensino | 43.965.005 | 76.780.751 |
| Receita administrativa e outras | 1.597.065 | 1.696.639 |
| | <u>45.562.070</u> | <u>78.477.390</u> |
| Deduções da receita | | |
| Bolsas gratuidade | (4.695.977) | (11.643.149) |
| Outras Bolsas | (3.873.016) | (4.763.705) |
| Descontos concedidos | (5.834.809) | (8.753.977) |
| (=) Receita operacional líquida | <u>31.158.268</u> | <u>53.316.559</u> |

No ano de 2021 houve redução da receita, devido ao menor número de alunos matriculados, conforme informado na nota explicativa nº 19, no entanto, a instituição fez reduções nos custos e despesas para ter menos impacto no resultado. A administração vem implantando medidas para maior captação de alunos, conforme nota explicativa nº 1.3 Situação Financeira e Patrimonial e nº 32 Eventos Subsequentes.

21. Custo dos Serviços Prestados

| Descrição | 2021 | 2020 |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Salários | (15.293.484) | (25.553.082) |
| Encargos | (1.030.072) | (1.955.894) |
| Benefícios | (363.604) | (964.097) |
| Gerais e administrativos | (72.889) | (326.973) |
| Serviços de terceiros e estagiários | (65.873) | (141.397) |
| Depreciação e amortização | (34.898) | (441.974) |
| Outros custos operacionais | (11.064) | (94.986) |
| Total | <u>(16.871.884)</u> | <u>(29.478.403)</u> |

Em 2021 houve redução dos custos com pessoal, devido à reestruturação na folha docente, para adequação à redução da receita, conforme nota explicativa nº 20. Essa reestruturação faz parte das medidas de gestão implantadas pela Administração, buscando a melhoria no desempenho operacional.

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

22. Despesas com pessoal

| Descrição | 2021 | 2020 |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Salários | (16.519.030) | (8.264.833) |
| Benefícios | (1.059.092) | (1.695.166) |
| Encargos | (1.009.786) | (633.619) |
| Serviços de terceiros e estagiários | (58.940) | (213.375) |
| Total | (18.646.848) | (10.806.993) |

23. Despesas gerais e administrativas

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---------------------------|--------------------|--------------------|
| Energia Elétrica | (1.485.188) | (1.084.914) |
| Água | (741.815) | (724.049) |
| Serviços de Terceiros | (292.740) | (251.528) |
| Telecomunicações | (254.444) | (560.800) |
| Material de Uso e Consumo | (175.446) | (211.289) |
| Manutenção e Conservação | (165.572) | (80.552) |
| Utilidades e Serviços | (123.219) | (367.446) |
| Propaganda e Publicidade | (4.311) | (34.346) |
| Outras Despesas | (269) | - |
| Total | (3.243.004) | (3.314.924) |

24. Outras despesas operacionais

| Descrição | 2021 | 2020 |
|--|--------------------|--------------------|
| Aluguel de imóveis | (2.916.073) | (5.224.819) |
| Licença e manutenção de uso de software/hardware | (498.654) | (421.920) |
| Aluguel de equipamentos | (134.048) | (99.613) |
| Custas processuais | (119.183) | (328.947) |
| Outras despesas operacionais | (172.773) | (29.817) |
| Consultoria | (23.234) | (64.044) |
| Viagens e estadias | (1.590) | (8.628) |
| Contribuições e associações | - | (3.462) |
| Total | (3.865.555) | (6.181.250) |

25. Despesas financeiras

| Descrição | 2021 | 2020 |
|--|--------------|-------------|
| Juros e Multas Passivos (a) | (22.405.158) | (9.661.175) |
| Descontos concedidos | (3.099.237) | (2.421.769) |
| Despesas com Encargos de Parcelamentos (b) | (1.310.373) | 3.398.274 |
| Comissões | (373.645) | (632.629) |
| Despesas Bancárias | (150.622) | (216.950) |

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

| | | |
|---------|---------------------|--------------------|
| IOF/IOC | (857) | - |
| Total | <u>(27.339.892)</u> | <u>(9.534.249)</u> |

(a) Deste montante, R\$ 3.601.459 referem-se à atualização das operações de mútuo realizadas entre Instituições Metodistas de Ensino, conforme Nota Explicativa nº 15;

(b) Em 2020 houve reversão dos valores de juros, devido ao desconto obtido na adesão ao Parcelamento Trans. Excep. Port. 14.402/2020, em 2021 referem-se à atualização até a perda dos parcelamentos, conforme Nota Explicativa nº 14.

26. Receitas Financeiras

| Descrição | 2021 | 2020 |
|--|------------------|------------------|
| Juros e Multas Ativos (a) | 2.087.468 | 1.397.667 |
| Descontos obtidos | 58.378 | (332) |
| Variação Monetária Ativa | 39.784 | 45.994 |
| Variação Cambial Ativa | 897 | - |
| Rendimentos sobre Aplicações Financeiras | 556 | - |
| Total | <u>2.187.083</u> | <u>1.443.329</u> |

(a) Deste montante, R\$ 1.061.518 referem-se à atualização das operações de mútuo realizadas entre Instituições Metodistas de Ensino, conforme Nota Explicativa nº 6;

27. Instrumentos financeiros

O instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

28. Cobertura de Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com os outros institutos de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da autoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

29. Bens em comodato e locações

A Instituição através de contrato de comodato cedeu imóveis de sua propriedade à Escola de Música de Piracicaba "Maestro Ernst Mahle" - EMPEM, para que o mesmo utilize no desenvolvimento de atividades educacionais.

Conforme previsão estatutária os bens imóveis da AIM - Associação da Igreja Metodista, quando ocupados por nossa instituição, o serão sob regime de locação, conforme relação dos imóveis abaixo:

Piracicaba - Campus Centro

- a) Prédio Crysantho César
- b) Prédio Centenário
- c) Prédio Rosalie Brow
- d) Prédio Miss Martha Watts e anexo
- e) Prédio Complementar
- f) Prédio Almoxarifado, Manutenção e Casa de Força
- g) Prédio Cantina

Santa Bárbara d'Oeste - Campus SBO

- a) Prédio Principal
- b) Prédio do Laboratório Bloco 2

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

- c) Prédio do Laboratório Bloco 3
- d) Prédio Refeitório/Manutenção
- e) Laboratório Complementar e Biblioteca SBO
- f) Bloco 5 - Laboratório de Química Industrial/Engenharia Química
- g) Bloco 7 - Cantina
- h) Bloco 9 - Laboratório Mat.Carb./Teatro NUC
- i) Laboratório de Arquitetura e Urbanismo
- j) Atelier de Arquitetura
- k) Laboratório de Informática
- l) Laboratório de Alimentos
- m) Laboratório de Automação
- n) Laboratório de Gestão Ambiental
- o) Bloco 17 - Deposito de Materiais
- p) Bloco 15 - Salas de aula
- q) Vestiários
- r) Quadras Poliesportivas
- s) Cabine de Medição/Compressor
- t) Subestações
- u) Passarelas Descobertas

30. Declarações de impostos e contribuições

As declarações de Imposto de Renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais. Outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários, permanecem em aberto para revisão por períodos variáveis de tempo.

31. Recuperação Judicial

Em fevereiro de 2021 foi contratado o escritório Galdino e Coelho e em março de 2021 a empresa Alvarez & Marsal para conduzir e assessorar o processo de Recuperação Judicial das Instituições de Ensino da Educação Metodista.

Em 14/04/2021, foi deferida medida cautelar antecedente ao Pedido de Recuperação Judicial, com vistas a obtenção de efeito suspensivo das ações executivas, bem como para viabilizar o preparo das Instituições para a Recuperação Judicial, e em 10/05/2021 foi deferido o pedido de Recuperação Judicial. Ato contínuo foi nomeada a empresa Medeiros & Medeiros Administração Judicial, como administrador judicial, que em 28/07/2021 apresentou parecer ao plano de recuperação judicial (PRJ). Todos os encaminhamentos seguintes estão disponíveis no site do administrador judicial.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

Em 09/10/2021, o juízo da Recuperação, deferiu a prorrogação do “stay period” por mais 180 dias, mantendo a “blindagem” sobre o patrimônio das Recuperandas.

Em 27/10/2021 foi publicado no Diário da Justiça Eletrônica - RS - Edição nº 7.081, o leilão Stalking Horse dos imóveis de matrículas nº 82.858 e 83.904. Em 03/11/2021, às 11h, foi marcado o leilão dos aludidos imóveis, e a hasta pública se deu de forma presencial e online. Na oportunidade, os imóveis foram arrematados pelo proponente inicial, denominado "Stalking Horse", pelo valor de 16,5 milhões de reais.

Em 05/11/2021 ao Superior Tribunal de Justiça deferiu pedido de tutela de urgência apresentado pelo Banco Santander (Brasil) S/A, para sustar o efeito suspensivo concedido ao recurso especial até julgamento pelo órgão colegiado. Tal recurso especial foi deferido em 09/09/2021 pela 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, o qual manteve o prosseguimento do processo de recuperação judicial.

Em 07/12/2021 ocorreu a sessão da 4ª turma do Superior Tribunal de Justiça para apreciação dos recursos interpostos, com relação a do efeito suspensivo, porém houve pedido vistas ao processo, postergando a decisão do pedido de sustação, o qual o julgamento do Agravo Interno na Tutela Provisória nº 3.654/RS foi retomado em sessão de 15/03/2022, ocasião em que, por maioria, deu-se parcial provimento ao Agravo Interno, restabelecendo o efeito suspensivo e, conseqüentemente, retomando o processo de recuperação judicial com ressalvas em relação às travas bancárias. O acórdão do Agravo Interno foi publicado em 08/04/2022.

Todos os encaminhamentos estão disponíveis no site do administrador judicial (<https://www.administradorjudicial.adv.br/home>).

32. Eventos Subsequentes

Recuperação Judicial

O stay period foi prorrogado às Recuperandas em decisão de 30/03/2022, que fez constar que a referida prorrogação se daria a contar de 20/03/2022 por mais 180 (cento e oitenta) dias, a findar em 15/09/2022.

Em 18/04/2022, foi deferido, pelo 2º Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Porto Alegre/RS, autorização para a lavratura de escritura pública de desapropriação amigável referente ao imóvel de matrícula 2.549, na Comarca de Itapeva. Em 25/04/2022 foi autorizada a escrituração do contrato de compra e venda firmado entre as Recuperandas, AL Incorporação LTDA. e KA

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

Empreendimentos LTDA, por se tratar de negócio anterior e não de venda judicial, relativo aos imóveis de matrículas nºs 82.903, 82.094 e 82.095 da Comarca de Passo Fundo.

Em 11/05/2022 o Superior Tribunal de Justiça decide a razão de petição apresentada pelas recuperandas, que o acórdão da Tutela Provisória nº 3.654/RS já foi publicado e é o quanto basta para seu cumprimento, de modo a garantir os direitos dos requerentes diante do reconhecimento de sua legitimidade ativa para pleitear a recuperação judicial.

Em 19/05/2022, o 2º Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Porto Alegre/RS homologou a arrematação realizada, por intermédio de leilão eletrônico, do imóvel de matrículas nº 82.858 e 83.904, no Centro da Comarca de Passo Fundo-RS, e determinou a expedição de carta de arrematação, o que permitiu o ingresso em caixa, em 23/05/2022, para pagamento imediato e já efetuado de despesas extraconcursais que estavam em aberto e devida prestação de contas nos autos do processo.

Em 26/05/2022, foi negado provimento, por unanimidade de votos, pela 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, ao recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo Banco Bradesco, autuado sob o nº 5226005-48.2021.8.21.7000, que impugnava a prorrogação da extensão do stay period à Igreja Metodista no Brasil e autorizava a antecipada alienação de bens imóveis.

A nova versão do Plano de Recuperação Judicial foi peticionada pela Educação Metodista na data de 11/05/2022.

Em 13/05/2022 foi publicado o edital de convocação da assembleia geral de credores para os dias 10/08/2022, às 14h, em 1ª convocação, e 24/08/2022, em 2ª convocação, no ambiente virtual.

O processo de recuperação judicial prossegue com os procedimentos inerentes, especialmente análise das divergências judiciais apontadas pelos credores e habilitações retardatárias. Há ainda tratativas com credores estratégicos e com potenciais adquirentes dos imóveis listados no Plano de Recuperação Judicial.

Alternativas de captação de recursos financeiros, via operação de DIP Financing (debtor-in-possession) estão em tratativas, visando geração de recursos de capital de giro necessários ao fortalecimento e reorganização da prestação de serviços educacionais.

Transação Fiscal

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

A Transação Fiscal junto a PGFN e RFB visa o equacionamento do passivo tributário, além de permitir a retomada da regularidade fiscal das Instituições de Ensino, possibilitando como exemplo, a celebração de convênios com entes públicos, face a expedição de certidão negativa de débitos.

Em 13/05/2021 foi contratado o escritório Ramos e Zuanon Advogados com o propósito de assessorar as instituições pertencentes à Educação Metodista no levantamento e negociações dos débitos de natureza tributária (nas esferas federal e municipal), junto às respectivas procuradorias.

No dia 06/08/2021 foi apresentada proposta de transação tributária perante a Procuradoria da Fazenda Nacional da 3ª Região, posteriormente aditada, em 27/09/2021, para ajustar o cronograma de pagamento de acordo com exigência feita pelos procuradores encarregados da análise.

Entre dezembro/2021 e abril/2022 foram tratados junto a Procuradoria da Fazenda Nacional as alternativas para parcelamento do FGTS, que precisavam ser obtidas diretamente pelos procuradores junto à Caixa Econômica Federal. Ao final de abril/2022, foram enviados os extratos com a possibilidade de parcelamento, e, na sequência, formalizada a transação do FGTS em relação às instituições que possuem débitos inferiores a R\$1 milhão.

Foi ajustado com a Procuradoria que novo pedido de transação, considerando agora em nossos cálculos os números do FGTS, seria apresentado até o final do mês de maio/2022.

No momento, aguardamos resposta da PGFN sobre os termos apresentados.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Perda de crédito estimada (“PCR”) - Dificuldade de pagamento das mensalidades por perda de renda dos alunos ou de familiares responsáveis financeiros, havendo possibilidade de aumento da PCR para os casos de alunos inadimplentes e evadidos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados impactos significativos no volume de recebíveis que justifiquem remensuração da provisão com base na perda esperada.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)**

33. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de administração e diretoria geral em reunião realizada em 29 de agosto de 2022.

Ismael Forte Valentin
Diretor Geral

Angela Maria Quartarolo Gallo
Contadora CRC/SP: 1SP198145/O-3

As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2SP 013846/O-1, com parecer emitido em 29/08/2022.